



Instituições dizem que não conseguem fazer face a despesas

Cuidados Continuados exigem ao Governo atualização de preços

Associação Nacional entregou providência cautelar contra o Estado reclamando a atualização da tabela

Rita Neves Costa
rita.n.costa@jn.pt

SAÚDE A Associação Nacional dos Cuidados Continuados (ANCC) avançou ontem com uma providência cautelar contra o Estado português, devido à não atualização da tabela de preços, que estabelece a participação estatal aos serviços prestados nas unidades de cuidados continuados. José Bourdain, presidente da ANCC, diz que a ação em tribunal visa “minimizar” os problemas, mas não os irá resolver a todos.

“O aumento do salário mínimo nacional entra em vigor este mês. Este aumento é muito superior aos centimos e euros que possam advir da providência cautelar, da qual resultará a atualização de valores por força da inflação”, defende ao JN.

Já em dezembro de 2018, a ANCC tinha interposto uma ação em tribunal contra o Estado. Em 2019 houve uma revisão da tabela de preços. Em agosto de 2021, a ministra da Saúde admitiu à rádio TSF as dificuldades em algumas unidades de

cuidados continuados e prometeu uma nova tabela. Marta Temido afirmou que houve duas atualizações de preços desde 2019, nas unidades de longa duração e nas dedicadas à saúde mental. Um novo modelo de financiamento, disse a governante, teria de assentar em critérios como a recuperação dos utentes, em vez do pagamento diário dos serviços e cuidados.

NACIONALIZAR A REDE

Para o dirigente associativo, não basta atualizar os preços conforme a inflação, mas “pagar um valor justo”, para fazer face às despesas e a outros impostos. “Não discordamos do aumento do salário mínimo, o problema é que os nossos custos aumentam muito”, diz, acrescentando que as unidades de cuidados continuados não receberam qualquer apoio para equipamentos ou materiais necessários à contenção da covid-19.

José Bourdain acusa o Governo de “perseguição ideológica” e aponta que uma das soluções poderia passar por nacionalizar a Rede Na-

cional de Cuidados Continuados Integrados. “Ao mesmo tempo que as instituições fecham aos poucos, vão abrindo mais camas públicas de cuidados continuados”, afirma.

O Ministério da Saúde não comentou diretamente a ação interposta pela ANCC. Mas fonte da tutela afirmou ao JN que à “semelhança dos anos anteriores proceder-se-á” à atualização dos preços, dando “continuidade ao reforço dos preços pagos às entidades” da rede de cuidados continuados. ●

SABER MAIS

Moratórias

José Bourdain acredita que as moratórias bancárias permitiram às unidades “aguentar mais algum tempo”.

Carta ao PM

A ANCC enviou uma carta ao primeiro-ministro António Costa, a 12 de janeiro de 2022, da qual não obtiveram resposta.